



Reflexão de como o design pode contribuir com a dimensão social no âmbito da sustentabilidade por meio da gestão pública.

Reflection on how design can contribute to the social dimension of sustainability through public management.

Pietra Carolina Domingos, Graduanda em Design, Universidade Federal de Santa Catarina.

pietrac61@gmail.com

Ana Veronica Pazmino, Dra. Universidade Federal de Santa Catarina.

anaverpw@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão como o design pode estar alinhado com o desenvolvimento sustentável no que tange a dimensão social. O objetivo aqui é criar conexão entre a agenda mundial da ONU e os desafios encontrados dentro das cidades brasileiras na busca por serviços melhores, que por sua vez deveriam garantir mais equidade e justiça social. Dentro do sistema de gestão gerencial que prevalece atualmente o artigo apresenta o design como atividade criativa que possui diversas ferramentas para gerar inovação dentro das cidades brasileiras, por meio do fomento ao trabalho multidisciplinar, visão empática e estratégica que pode oferecer uma visão diferenciada para promover soluções e valorização de iniciativas sociais.

Palavras-chave: cidades sustentáveis, gestão do design, desafios do milênio

Abstract

This article aims to present a reflection on how design can be aligned with sustainable development regarding the social dimension. The goal here is to create a connection between the UN world agenda and the challenges encountered within Brazilian cities in the search for better services, which in turn should ensure more equity and social justice. Within the prevailing management system, the article presents design as a creative activity that has several tools to generate innovation within Brazilian cities, through the encouragement of multidisciplinary work, empathic and strategic vision that can offer a differentiated vision to promote solutions and enhancement of social initiatives.

Keyword: sustainable cities, design management, millennium challenges

1. Introdução

Para compreender como o design pode contribuir para o desenvolvimento sustentável é preciso a contextualização desse termo que hoje está sendo amplamente discutido. Neste artigo usaremos como recorte apenas uma das dimensões do desenvolvimento sustentável, a dimensão social. Através do teórico do Design Social, Gui Bonsipe, pode-se compreender a missão do design como agente de transformação social. Para além disso se faz necessário a apresentação da agenda mundial da ONU, por meio dos 17 objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, que são um norte para que todos os países do mundo implementem iniciativas até 2030 para avançar na conquista de um mundo melhor para a geração atual e futuras. Este artigo se restringe a enxergar apenas o papel do design para com o objetivo número 11 que se refere a construção de cidades e comunidades sustentáveis, pois assim pode-se enxergar uma atuação clara e focada.

Entendido o contexto nacional do desenvolvimento, este artigo se propõe, apresentar a trajetória dos modelos de gestão no Brasil, desde a fase patrimonialista, passando pela burocrática até o último modelo estabelecido, o modelo gerencial de gestão. Entender a história e as características da gestão pública brasileira ao longo dos anos é de extrema importância para uma análise crítica de como o design pode contribuir para uma gestão melhor e mais eficiente. Entendidos os desafios no setor público no que tange modelo de gestão, este artigo tem por conclusão recomendar, quais poderiam ser os próximos passos para a implementação de políticas e iniciativas que contribuem uma gestão pública mais eficiente e inovadora, por meio do design.

2. Desenvolvimento Sustentável

Entre nos anos de 1983 a 1989 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em evento organizado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

A figura 1 mostra a dimensão da sustentabilidade e as inter-relações com a dimensão econômica, social e ambiental. Cada uma das dimensões é complexa e difícil de serem tratadas como um todo.



Figura 1: Dimensões da Sustentabilidade e suas Inter-relações. Fonte: LeNS Brazil 2019

A figura 1 representa um modelo de Desenvolvimento Sustentável, baseado em 3 grandes dimensões que precisam estar em equilíbrio sendo elas interdependentes, segundo artigo produzido pelo *The Brazilian Learning Network on Sustainability International* (LENS BR 2019).

A dimensão ambiental, neste modelo, trata do capital natural e compreende as questões relacionadas às ciências naturais, à ecologia, à diversidade biológica, à poluição, à proteção da saúde humana e à administração de recursos renováveis e não renováveis, entre outros. A dimensão econômica da sustentabilidade refere-se ao desenvolvimento do valor econômico associado ao bem-estar, buscando-se por uma sociedade onde há mais equidade e justiça na sua distribuição. A dimensão social trata do capital humano e está relacionada de forma direta com a aplicação plena dos direitos humanos na busca por uma sociedade com mais coesão social e equidade. (LENS BR 2019)

Este artigo tem por objetivo discorrer a respeito da dimensão social do desenvolvimento refletindo sobre o papel do design na construção de uma sociedade mais equitativa, justa e sustentável. A desigualdade social no Brasil é das maiores do mundo e cabe a sociedade e ao poder público que essa desigualdade alcance índices menores.

2.1 Agenda Mundial da ONU

A Agenda 2030 desenvolvida em setembro de 2015 por líderes mundiais na sede da ONU, em Nova Iorque, defende que a erradicação da pobreza é o plano de ação para a paz universal. Enxergar todas as formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Tal agenda se constitui de 17 objetivos que nasceram na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro em 2012, para equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, dando continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, criada na Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000.

O presente artigo destaca o objetivo número 11 que se refere a construção de cidades e comunidades sustentáveis. Segundo José Mendes em seu livro, *O Futuro das Cidades* (2014), o número de pessoas a viver em cidades ultrapassa os 50% da população mundial, tendo nos países mais desenvolvidos uma porcentagem ainda maior e que pode crescer, chegando a 67% em 2050. Já nos países menos desenvolvidos e com maior porcentagem de pobreza a porcentagem da população a viver em cidades em 2050 poderá chegar a 55%. (Mendes 2014).

Em 2008 na Conferência de Mayors nos EUA, Barack Obama ainda senador do Estado de Illinois teve em seu discurso uma visão otimista para os espaços urbanos, “ [...] precisamos parar de ver as nossas cidades como um problema e começar a vê-las como a solução. Cidades fortes são os blocos de construção de regiões fortes e regiões fortes são essenciais para uma América forte.” Com similaridades Mendes (2014) apresenta uma proposta de cidade do futuro, por ele denominada Cidade Incubadora, que possui a missão ser o *problem-solver* da humanidade, ou seja, o processo de complexidade que a sociedade tem experienciado com o estabelecer da urbanização gera novos problemas que por sua vez devem ser resolvidos. Para o autor, as cidades devem portanto, se emanciparem e

desenvolverem as soluções para os próprios problemas. Indo além, Mendes (2012) apresenta que o sucesso das cidades do futuro se derivará do talento, da inovação, da conectividade e da autenticidade, isso exige portanto, um ambiente propício à diversidade e à criatividade, possibilitando um espaço de incubação de soluções, atraindo talentos, estimulando a inovação, funcionando de maneira sustentável e assumindo sua autenticidade para alcançar o sucesso. (Op.cit, 2012) defende que o caminho do sucesso das cidades incubadoras se constitui a partir da leitura das tendências e dos desafios de suas próprias problemáticas rompendo com o *status quo* e se posicionando com visão estratégica, liderança e marca. Ele apresenta que 1. as megatendências globais preparam a cidade para os desafios cooptados na sua visão estratégica e 2. sua visão estratégica aliada a cultura de inovação contribui para a competitividade, gerando de forma sustentável, os recursos que garantem a saúde econômica, o bem-estar e a qualidade de vida dos seus habitantes. Sendo possível a construção de cidades de comunidades sustentáveis que contribuem para o desenvolvimento sustentável, sobretudo na dimensão social, com a garantia de equidade.

O Design possui papel fundamental para construção dessas cidades do futuro, facilitando o estabelecimento de uma forte cultura de inovação. Por meio da abordagem do Design e de suas ferramentas é possível a construção de um ambiente que incentive a diversidade e a criatividade sem deixar de lado a visão estratégica, consolidando assim os alicerces necessários para que o 11º objetivo da ONU seja uma realidade no presente próximo.

2.2 Design Social e a Dimensão Social do Desenvolvimento

A dimensão social é a parte responsável pela garantia de uma sociedade mais justa e ética. É a dimensão do desenvolvimento sustentável que tem como objetivo construir os parâmetros de uma sociedade entendida como ideal onde o bem-estar do indivíduo e a harmonia na relação, ser humano - ser humano e ser humano - natureza é tido como prioridade. A definição de sustentabilidade social inclui a garantia das necessidades básicas humanas, a manutenção do bem-estar no presente e futuro, a valorização da cultura e a melhora da qualidade de vida por meio da equidade, com a redução da desigualdade social. Essa sociedade ideal entendida por KARUPPANNAN&SILVAM, 2011, como uma utopia, é socialmente sustentável, inclusiva, justa e democrática. Pois “nesta sociedade as pessoas pautam suas atitudes, opiniões e atividades por valores elevados, como honestidade, integridade, confiabilidade, lealdade, tolerância, humildade, cortesia, otimismo, solidariedade e perseverança.”

Gui Bonsiepe em seu livro intitulado Design, Cultura e Sociedade de 2011 diz que sem um elemento utópico não é possível a construção de um mundo diferente, pois, restaria apenas um desejo piedoso e etéreo sem maiores consequências. Ele introduz a ideia do humanismo projetual que seria a exercício das capacidades projetuais para interpretar as necessidades de grupos sociais e elaborar propostas viáveis e emancipatórias. Ele destaca humanismo por se implicar a redução da dominação e apresenta o Design como meio de enxergar essas diferenças e propor soluções significativas para essa dimensão, que é a dimensão do desenvolvimento que menos obteve avanços nos últimos anos. Bonsiepe (2011), argumenta que projetar é expor-se e viver com paradoxo e contradições e partir

dessa vivência o ato de projetar deve assumir o papel de expor, desvendar e assumir essas contradições, as deixando assim passíveis de resolução. Bonsiepe (2011) deixa claro que a prática projetual nunca deve camuflar as condições da realidade exposta. Ele afirma que “O Design assim como a ciência pode ser uma ferramenta de interesses hegemônicos”.

3. Gestão do Design

Primeiramente é preciso conceituar a palavra gestão para então entendermos o que ela faz em conjunto com o Design. Segundo o dicionário Aurélio a palavra Gestão significa “a ação e o efeito de administrar ou dirigir um determinado negócio, grupo de pessoas ou serviço” Para construirmos uma relação com o Design, é importante pensarmos em gestão de processos e serviços já que esse tipo de gestão possibilita melhorar, otimizar e potencializar o desempenho de uma organização com base na definição, análise e gerenciamento dos processos envolvidos na produção, organização e planejamento de um serviço ou produto, isso dentro do campo de conhecimento da administração. A gestão do design é portanto, a implementação do design como um programa formal de atividades dentro de uma corporação por meio da comunicação da relevância do design para suas metas de longo prazo. É a coordenação das atividades de design para atingir os objetivos da organização. (MOZOTA 2001 pg.95)

Segundo Papanek (1971), o design é a base de toda atividade humana. Planejar e programar qualquer ato direcionando-o a uma meta desejada e prevista, se constitui num processo de design. Logo podemos concluir que a atividade de gerir se enquadra dentro no escopo do design. Pensar em gestão do design é trazer ferramentas do design para a gestão de uma organização desde o nível estratégico até a operacional na execução de projetos.

3.1 A Problemática do Setor Público Brasileiro

Definidas as ideias de gestão e gestão do design, pode-se finalmente encontrar uma brecha para a atuação do design, com todo o seu potencial criativo, no contexto da dimensão social. É sabido pela consciência coletiva da população que o setor público brasileiro carece de eficiência, oferecendo em sua maioria serviços de baixa qualidade e com pouquíssima experiência positiva para os cidadãos. Cada vez mais a estrutura estatal é cobrada por melhores serviços, agilidade, eficácia e eficiência. Diante de crises econômicas e políticas, responsáveis pelos obstáculos ao desenvolvimento, se faz necessário pensar no papel do Estado e por conseguinte da gestão pública para a consolidação do desenvolvimento sustentável para a dimensão social.

As mudanças estruturais e institucionais da administração pública brasileira remodelaram a forma de atuação do Estado. Segundo Matias-Pereira, (2016) existem três modelos de administração que se constituem em uma cadeia evolutiva no pensar e reformar a gestão pública, a fim de aprimorar os processos administrativos cada vez mais apropriado a um país democrático. Por contrapartida, tais reformulações ocasionaram a separação entre a formulação e a implementação, são eles: o modelo patrimonialista, o burocrático e o gerencial.

O modelo patrimonialista é datado de 1808, data da transferência da corte portuguesa para o Brasil, e possuía traços da época do Brasil colônia, caracterizado pela interseção entre os bens públicos e os particulares dos que possuíam o poder. Isso propiciou o nepotismo e a corrupção (GOMES e OLIVEIRA, 2010) É nesse modelo de administração pública que se permite que o dirigente do poder torne privado o que deveria ser público e impessoal. Essa administração não prioriza os interesses públicos mas sim os de uma minoria no poder. Esse modelo era predominante no Brasil até os anos 1930 onde se foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com o objetivo de diminuir a ineficiência do setor público federal e reorganizar a administração pública. Segundo o Decreto-Lei nº 579, de 30 de Julho de 1938 são funções do DASP, a criação de estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, bem como a distribuição e agrupamentos, dotações orçamentárias, fiscalizar a execução orçamentária, selecionar os candidatos aos cargos públicos federais, inspecionar os serviços públicos e apresentar anualmente ao Presidente da República os trabalhos realizados e em andamento. Essa foi uma tentativa de garantir que os interesses públicos seriam respeitados.

Já o modelo burocrático é segundo GOMES e OLIVEIRA, 2010, caracterizado pela formalidade, impessoalidade e profissionalismo, características essas que se contrapõem a corrupção e ao nepotismo presente no modelo anterior. O foco está no controle e fiscalização, para se evitar que indivíduos tirem vantagem política das atividades estatais. O gestor público nesse modelo assume um papel mais técnico e profissionalizado, possuindo funções limitadas em cargos organizados de forma hierárquica, o que segundo Silva et al (2009), compromete a iniciativa, a inovação e a criatividade. Um fator importante a se destacar é o da figura do gestor burocrático como expresso por um ideário de dominação, exercendo um poder de autoridade. Segundo Bresser-Pereira, 1998, p.241, a rigidez procedimental tornou a administração pública “lenta, cara, auto-referida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos.” Segundo Paludo, 2017, modelo de administração burocrática é aplicado no núcleo estratégico do Estado, entretanto ainda sim, persiste alguns traços e práticas patrimonialistas de administração.

Na segunda metade dos anos 80, em meio a crise do endividamento externo e o desajuste Interno da Economia Brasileira, e com a pressão social por melhores serviços o estado viu-se forçado a melhorar a sua máquina, era preciso se fazer mais com menos. É nesse momento da história que surge o modelo de gestão gerencial, idealizado por Bresser Pereira. Segundo ABRUCIO 2007, o papel do estado nesse modelo de gestão é administrar os serviços essenciais à sociedade. Para Silva et al, 2009. O estado gerencial constitui de uma administração com menos níveis hierárquicos, com o foco na alocação de recursos disponíveis de forma adequada para os resultados esperados. Se tem uma descentralização do poder do gestor, permitindo mais autonomia com o intuito de reforçar a governança.

3.2 Gestão Pública e Inovação

É nesse no modelo gerencial de gestão que o Design entra como aliado na construção de cidades mais sustentáveis, pois a figura do cidadão passa a ser vista para além de um contribuinte de impostos. Ele é visto como usuário dos serviços, o titular da coisa pública, possuindo “não apenas direitos, mas também obrigações, como o de fiscalizar a coisa

pública, e cobrar o *accountability* (prestação de contas) dos governos” (PALUDO, 2017, p.91). Sendo assim os resultados do estado são bons mediante as necessidades supridas do cidadão-cliente.

O processo do design envolve o estudo da realidade e da identificação de necessidades e a proposta de novas soluções inovadoras por meio de diversos métodos advindos de disciplinas diversas. Nesse sentido, o papel do designer dentro da gestão pública se mostra importante, para avançar na construção de um modelo com mais inovação. Este profissional bem preparado tem a capacidade de atuar em equipes multidisciplinares e com sua percepção treinada sob a vista empática, pode colaborar para o desenvolvimento de soluções de fato pautadas nas necessidades do cidadão, colocando as necessidades reais no centro de todo projeto, serviço ou política pública.

4. Design e Gestão Pública

É por meio da prática projetual do design que a gestão pública brasileira, pode ter avanço na oferta de serviços de qualidade para o cidadão. Metodologias como o Design Centrado no Humano (HCD) podem cooperar para a visão empática dos gestores e servidores públicos. Hoje a organização do modelo gerencial de organização por meio de aglomerados de repartições públicas, desenvolvendo serviços para o cidadão de forma desconectada. O Design pode permitir a integração de equipes, multidisciplinares, para assim direcionar o olhar daqueles responsáveis pela criação de soluções consigam achar as respostas para as reais necessidades da sociedade. Olhando para a principal peça da equação. O contribuinte-cliente, o cidadão brasileiro.

Para além disso, é necessário a fortalecimento dessa cultura. É preciso que esse campo de pesquisa, seja difundido nas instituições de ensino de Design de todo país. Disciplinas voltadas a gestão pública, criatividade social, projetos sociais e de apoio a ONGs. Bem como o incentivo a pesquisa, por parte do governo, para a valorização e formação do profissional de Design, o inserindo no setor público, já que hoje a maior demanda deste profissional se encontra no setor privado. Que por sua vez ganha eficiência e crescimento com a indústria 4.0, e com o revolução tecnológica.

É preciso também se ter o desenvolvimento de políticas públicas para a emancipação do protagonismo de líderes sociais e inovadores sociais. O governo tem muito que aprender por meio da co-criação com o cidadão. A base para a manutenção de uma gestão pública que seja efetiva quando ao desenvolvimento da dimensão social da sustentabilidade e a relação próxima e co-criativa com o cidadão. De um lado a população, fiscalizando, cobrando, testando, e comunicando suas demandas. E do outro a gestão pública, sendo um órgão aberto, transparente, participativo, criativo e inovador. Já que “o design como disciplina tem por objetivo máximo promover o bem-estar na vida das pessoas.” (Vianna et al, 2013, p13).

Uma política apresenta como características: ser ampla e visionária, embora factível e mensurável; apontar uma direção de forma pouco ambígua; exprimir padrões, comportamentos e expectativas para guiar ações; integrar princípios associados ao futuro desejável.

Um exemplo de desenvolvimento de política “com” o Design é o projeto realizado no grupo de pesquisa “*Design as Politics*” da TU Delft (Holanda), concernente às mudanças nas legislações acerca do ambiente construído. O projeto de pesquisa foi realizado em parceria com o ministério de Infraestrutura e Ambiente da Holanda.

É importante a criação de políticas que tanto possam fortalecer o setor de design como propiciar meios para o uso do design pelos diversos setores, públicos ou privados. Para tanto, há necessidade do design não ficar restrito ao ambiente comercial e industrial e desenvolver ações, atividades, iniciativas e programas relacionados as necessidades sociais e do governo para solucionar problemas e/ou desenvolver um ambiente eficaz e eficiente para o uso das competências do design de maneira efetiva, de forma que seu uso ofereça benefícios que já se mostram validados no mercado.

Conclusões

A sustentabilidade é um termo complexo, muito debatido desde a década de 80 e poucas soluções na dimensão social tem surgido. Os 17 objetivos do milênio são ambiciosos e com poucas ações práticas no Brasil. O objetivo do design social é a satisfação das necessidades humanas de forma satisfatória, enquanto o design comercial está relacionado ao atendimento de desejos e fortalecimento de marcas e produtos com obsolescência projetada. As desigualdades sociais e a vida em cidades oferecem uma ampla gama de necessidades tanto de serviços como de produtos. O crescimento da desigualdade social no Brasil e a necessidade urgente de uma gestão pública eficaz e eficiente faz com que as diversas profissões devam olhar para estes problemas com maior responsabilidade. O design pela forma de trabalho e as ferramentas que utiliza pode auxiliar na dimensão social e na busca por soluções que visam incrementar a cobertura e a qualidade dos serviços sociais básicos, implicando também a colaboração público-privada. Isso exige, uma mudança do comportamento do designer e de como estes profissionais estão sendo preparados para colaborar com a gestão pública.

Referências

ABRUCIO, L. F. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista da Administração Pública*, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa, p. 67-86, 1967- 2007. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 2014.

BONSIEPE, Gui. *Design, cultura e sociedade* / Gui Bonsiepe. – São Paulo: Blucher, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER-PEREIRA, L. C; SPINK, P. (Org) *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

GOMES, M. L. S.; OLIVEIRA, F. C. Modelos organizacionais de administração pública: um estudo dos aspectos da realidade cearense na estrutura de referência das reformas do Estado. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v.12, n. 28, p.105-126, set./dez. 2010. Disponível em: Acesso em: 1 maio 2014.



KARUPPANNAN, Sadasivam; SIVAM, Alpana. Social sustainability and neighbourhood design: an investigation of residents' satisfaction in Delhi. *Local Environment*, v. 16, n. 9, p. 849-870, 2011.

LENSIN, Learning Network on Sustainability International. *Design para a sustentabilidade: dimensão social / Aguinaldo dos Santos...[et al.]* - Curitiba, PR : Insight, 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MENDES, José. *O Futuro das Cidades*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2014

PALUDO, Augustinho Vicente. *Administração Pública*. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

PAPANEEK, Victor. *Design for a real world: Human Ecology and Social Change*. Chicago: Academy Chicago, 1971.

BROWN, Tim. *Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

RULEZ (Org.). *Startup govtech: O poder da tecnologia para acabar com o caos no poder público*. Rulez: Startup, inovação e negócios, Cascavel, p.20-25, 1 2019.

VIANNA, M.; VIANNA, Y.; ADLER, I. K.; LUCENA, B.; RUSSO, B.. *Design thinking: inovação em negócios*. 2. ed. Rio de Janeiro: MJV Press, 2013.